

III

LEGISLAÇÃO

LEGISLAÇÃO

SERVIÇO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

LEI — de 26-6-1375:

Obriga a prática da lavoura e o semeio da terra pelos proprietários, arrendatários, fereiros e outros, e dá outras providências.

ORDEM RÉGIA — de 21-10-1710:

Mandando o Governador do Rio de Janeiro informar sôbre as edificações feitas nas marinhas ou praias da cidade, contra as quais representara o Provedor da Fazenda.

LEI — de 3-9-1759:

Confisca os bens dos Jesuitas.

CARTA RÉGIA — de 7-9-1803:

Suspende a venda da Fazenda de Santa Cruz e manda tombar e avaliar as habitações.

DECRETO — de 13-6-1808:

Manda incorporar aos próprios da Corôa, o engenho de terras da Lagôa Rodrigo de Freitas.

DECRETO — de 13-6-1808

Manda tomar posse do engenho e terras denominadas da Lagôa Rodrigo de Freitas.

DECRETO — de 25-11-1808:

Permite a concessão de sesmarias a estrangeiros residentes no Brasil.

DECRETO — de 21-1-1809:

Manda aforar os terrenos das praias da Gamboa e Saco dos Alferes, próprios para armazéns e trapiches.

DECRETO — de 26-6-1813:

Manda reduzir a perpétuos os aforamentos atuais da Fazenda de Santa Cruz e designa terreno para a povoação de Sepetiba.

DECRETO — de 13-6-1820:

Declara da competência da Repartição de Marinha, a concessão, em todos os portos, de qualquer porção de praia.

DECRETO — de 10-10-1820:

Manda proceder a um nôvo tombo da Fazenda Nacional de Santa Cruz.

CARTA IMPERIAL — de 30-12-1823:

Manda proceder a nova demarcação da Fazenda de Santa Cruz.

CARTA IMPERIAL — de 25-3-1824:

Manda observar a Constituição Política do Império, oferecida e jurada pelo Imperador.

CARTA DE LEI — de 9-9-1826:

Direito de propriedade — desapropriação.

LEI — de 1-10-1828:

Forma de eleição das Câmaras.

DECISÃO N.º 136 — de 6-8-1829:

Declara nula a venda de terrenos de marinha de propriedade nacional.

DECISÃO N.º 215 — de 7-11-1829:

Ordena a remessa de relação de todos os próprios nacionais.

DECRETO — de 25-11-1830:

Declara que a Fazenda de Santa Cruz sòmente comprehende os terrenos em cuja efetiva e legitima posse se achava D. Pedro I no dia 25 de março de 1824.

LEI N.º 375 — de 14-11-1831:

Sôbre os terrenos de marinha que pretende a Câmara Municipal dessa Côrte e remoção das bar-racas de praia de D. Manuel.

LEI — de 15-11-1831:

Orça a receita e fixa a despesa para o ano fi-nanceiro de 1831-1832.

DECISÃO N.º 274 — de 3-10-1832:

Declara que por marinhas se consideram quin-ze braças de terras, contadas do ponto onde chega a maré, nas maiores enchentes.

DECISÃO N.º 348 --- de 14-11-1832:

Instruções para reconhecimento, medição e de-marcação dos terrenos de marinha.

LEI N.º 66 — de 12-10-1833:

Determina o arrendamento em hasta pública das fábricas, terrenos e próprios nacionais; auto-riza o contrato para a iluminação a gás, e suprime os ordenados do escrivão do Hospital de Santos e do Capelão do Colégio de São Paulo, e a despesa com o quartel do Rio Pardo. ..

LEI N.º 38 --- de 3-10-1834:

Orça a receita e fixa a despesa para o ano de 1835-1836.

DECISÃO N.º 210 — de 28-3-1840:

Declarando os casos em que se deve haver os direitos das doações, ou vendas dos terrenos de marinhas.

LEI N.º 166 — de 29-9-1840:

“Estabelece a dotação de Sua Alteza Imperial, quando houver de realizar-se o seu consórcio”.

DECRETO N.º 160 — de 9-5-1842:

Dando Regulamento para a arrecadação dos bens dos defutos e ausentes, vagos e de evento.

DECRETO N.º 422 — de 27-6-1845:

Alterando o Regulamento de 9 de maio de 1842, para a arrecadação dos bens de defuntos e ausentes.

DECRETO N.º 447 — de 19-5-1846:

Manda por em execução o Regulamento para as Capitanias dos Portos.

DECRETO N.º 467 — de 23-8-1846:

Declara a legislação a respeito do pagamento do laudêmio pela venda dos prédios rústicos e urbanos, em terrenos aforados.

LEI N.º 514 — de 28-10-1848:

Fixando a Despesa e orçando a Receita para o exercício de 1849-1850, e ficando em vigor desde a sua publicação.

DECRETO N.º 656 -- de 5-12-1849:

Sôbre o pagamento do laudêmio das alienações e propriedades foreiras à Fazenda Nacional.

LEI N.º 601 — de 18-9-1850:

Dispõe sôbre as terras devolutas no Império, e acêrca das que são possuídas por títulos de sesmarias sem preenchimento das condições legais bem como por simples títulos de posse mansa e pacífica e dá outras providências.

DECISÃO IMPERIAL N.º 172 — de 21-10-1850:

Manda incorporar aos próprios nacionais as terras dos índios, que já não vivem aldeados, mas sim dispersos, confundidos na massa da população civilizada.

DECRETO N.º 736 — de 20-11-1850:

Reforma o Tesouro Público Nacional e as Tesourarias das Províncias.

LEI N.º 628 — de 17-9-1851:

Fixando a Despesa e orçando a Receita para o exercício de 1852-1853.

DECRETO N.º 870 — de 22-11-1851:

Dá Regulamento às Tesourarias da Fazenda.

DECRETO N.º 1.318 — de 30-1-1854:

Manda executar a Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850.

DECISÃO N.º 228 — de 6-6-1857:

Aforamento de domínio útil de um terreno devoluto.

DECISÃO N.º 231 — de 10-7-1857:

Sobre aforamento de terreno de marinha.

LEI N.º 1.114 — de 27-9-1860:

Fixando a Despesa e orçando a Receita para o exercício de 1861-1862.

LEI N.º 1.507 — de 26-9-1867:

Fixa a despesa e orça a receita Geral do Império para os exercícios de 1867-1868 e 1868-1869, e dá outras providências.

DECRETO N.º 4.105 — de 22-2-1868:

Regula a concessão dos terrenos de marinha, dos reservados nas margens dos rios e dos accrescidos natural ou artificialmente.

DECRETO N.º 2.672 — de 20-10-1875:

Autoriza o Governo a alienar as terras das aldeias extintas que estiverem aforadas.

LEI N.º 2.940 — de 31-10-1879:

Fixa a despesa e orça a receita geral do Império para os exercícios de 1879-1880 e 1881, e dá outras providências.

DECRETO N.º 7.546 — de 22-11-1879:

Manda executar o art. 20 da Lei n.º 2.940, de 31 de outubro de 1879.

LEI N.º 3.348 — de 20-10-1887:

Orça a Receita Geral do Império para o exercício de 1888, e dá outras providências.

DECRETO N.º 100-A — de 28-12-1889:

Cria o lugar de Engenheiro Zelador dos próprios nacionais e regula as funções respectivas.

DECRETO N.º 447 — de 18-7-1891:

“Estabelece providências relativamente aos bens que constituíam o dote da ex-princesa brasileira D. Isabel e ao imóvel denominado — Palacete Leopoldina”.

DECRETO N.º 613 — de 23-10-1891:

Manda executar o Regulamento para a Fazenda Nacional de Santa Cruz.

LEI N.º 25 — de 30-12-1891:

Orça a receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1892, e dá outras providências.

LEI N.º 126-B — de 21-11-1892:

Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1893, e dá outras providências.

DECRETO N.º 1.195-D de 30-12-1892:

Dá instruções para a execução do art. 14 da Lei n.º 126-B, de 21 de novembro do corrente ano.

LEI N.º 360 — de 30-12-1895:

Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1896 e dá outras providências.

LEI N.º 490 — de 16-12-1897:

Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para 1898, e dá outras providências.

DECRETO N.º 2.807 — de 31-1-1898:

Reorganiza as Repartições da Fazenda.

LEI N.º 559 — de 31-12-1898:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1899, e dá outras providências.

LEI N.º 652 — de 23-11-1899:

Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1900, e dá outras providências.

LEI N.º 741 — de 26-12-1900:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1901, e dá outras providências.

LEI N.º 813 — de 23-12-1901:

Fixa a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1902, e dá outras providências.

DECRETO N.º 1.144 — de 30-12-1903:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1904, e dá outras providências.

DECRETO N.º 5.390 — de 10-12-1904:

Reorganiza as Delegacias Fiscais do Tesouro Federal, nos Estados da República.

DECRETO N.º 1.606 — de 29-12-1906:

Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio.

DECRETO N.º 6.617 — de 29-8-1907:

Dá novo Regulamento à Capitania dos Portos.

LEI N.º 2.083 — de 30-7-1909:

Reforma o Tesouro Federal e dá outras providências.

DECRETO N.º 7.625 — de 28-10-1909:

Providencia sobre a execução do art. 19 da Lei n.º 2.035, de 29 de dezembro de 1908.

DECRETO N.º 7.751 — de 23-12-1909:

Aprova o Regulamento expedido em virtude do art. 32 da Lei n.º 2.083 de 30 de julho de 1909, para execução dos Serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional.

DECRETO N.º 2.543-A -- de 5-1-1912:

Estabelece medidas destinadas a facilitar e desenvolver a cultura da seringueira, e dá outras providências.

DECRETO N.º 10.515 -- de 5-3-1913:

Aprova o novo Regulamento de terras devolutas da União.

DECRETO N.º 2.841 -- de 31-12-1913:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1914.

LEI N.º 3.070-A — de 31-12-1915:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1916.

LEI N.º 3.644 -- de 31-12-1918:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1919.

DECRETO N.º 3.979 — de 31-12-1919:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1920.

DECRETO N.º 3.991 — de 5-1-1920:

Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921.

LEI N.º 4.230 — de 31-12-1920:

Orça a Receita Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1921.

DECRETO N.º 14.594 --- de 31-12-1920:

Dá novas regras para o processo de aforamento nos terrenos de marinha e seus acrescidos.

DECRETO N.º 14.595 — de 31-12-1920:

Estabelece a cobrança da taxa de ocupação das marinhas.

DECRETO N.º 14.596 — de 31-12-1920:

Regula o arrendamento de terreno de mangue de propriedade da União.

DECRETO N.º 4.421 -- de 28-12-1921:

Cria o Serviço Florestal do Brasil.

DECRETO N.º 15.218 — de 29-12-1921:

Altera algumas disposições do Decreto n.º 5.390, de 10 de dezembro de 1904, e dá outras providências.

DECRETO N.º 15.783 — de 8-11-1922:

Aprova o Regulamento para execução do Código de Contabilidade Pública.

LEI N.º 4.632 — de 6-1-1923:

Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, para o exercício de 1923.

DECRETO N.º 16.197 — de 6-1-1923:

Dá novo Regulamento às Capitánias dos Portos.

LEI N.º 4.793 — de 7-1-1924:

Fixa a Despesa Geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1924.

DECRETO N.º 17.096 — de 28-10-1925:

Dá novo Regulamento às Capitánias dos Portos.

DECRETO N.º 5.196 --- de 13-7-1927:

Determina as atribuições que competem aos Consultores das Delegacias Fiscais e dá outras providências.

DECRETO N.º 19.153 — de 3-4-1930:

Regula o estabelecimento dos aerodromos públicos destinados aos hidro-aviões.

DECRETO N.º 20.914 -- de 6-1-1932:

Regula a execução dos serviços aeronáuticos civis.

DECRETO N.º 21.235 — de 2-4-1932:

Assegura aos Estados o domínio dos terrenos marginais e acrescidos dos rios navegáveis, que correm em seus territórios, das ilhas formadas nesses rios e das lagoas navegáveis em tôdas as zonas não alcançadas pela influência das marés.

DECRETO N.º 22.005 -- de 24-10-1932:

Dispõe sôbre a renda dos próprios nacionais não utilizados em serviço público.

DECRETO N.º 22.658 -- de 20-4-1933:

Transfere para os Estados, o domínio de todos os terrenos aforados pela União, aos quais se refere o Decreto n.º 21.235, de 2 de abril de 1932, e dá outras providências.

DECRETO N.º 22.785 — de 21-5-1933:

Veda o resgate dos aforamentos de terrenos pertencentes ao domínio da União, e dá outras providências.

DECRETO N.º 24.036 -- de 26-3-1934:

Reorganiza os serviços da Administração Geral da Fazenda Nacional, e dá outras providências.

DECRETO N.º 24.515 -- de 30-6-1934:

Reconhece como pleno domínio da União, os terrenos compreendidos pelos morros, outeiros e mamelões da Babilônia, Leme, Anel, Urubú, Inhangá e suas circunvizinhanças, e dá outras providências.

DECRETO N.º 24.606 — de 5-6-1934:

Autoriza a desapropriação, por utilidade e necessidade públicas de terras foreiras à União, e dá outras providências.

DECRETO N.º 24.643 — de 10-7-1934:

Decreta o Código de Águas.

DECRETO N.º 852 — de 11-11-1934:

Mantém, com modificações, o Decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934, e dá outras providências.

LEI N.º 439 — de 29-5-1937:

Autoriza o Poder Executivo a desapropriar terrenos da Ilha do Governador e a abrir o crédito especial para atender às despesas dessa desapropriação.

LEI N.º 452 — de 5-6-1937:

Organiza a Universidade do Brasil.

LEI N.º 25 — de 30-11-1937:

Organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

DECRETO-LEI N.º 96 — de 22-12-1937:

Dispõe sobre a Administração do Distrito Federal.

DECRETO N.º 2.201 — de 23-12-1937:

Aprova a planta das obras necessárias à ampliação das instalações da Aviação Naval, na parte ocidental da Ilha do Governador e declara a urgência de desapropriação necessária a execução da referida ampliação.

DECRETO-LEI N.º 426 — de 12-5-1938:

Organiza o Tribunal de Contas.

DECRETO-LEI N.º 710 — de 17-9-1938:

Reorganiza a Diretoria do Domínio da União.

DECRETO N.º 3.102 — de 23-9-1938:

Aprova o Regimento da Diretoria do Domínio da União.

DECRETO-LEI N.º 844 — de 9-11-1938:

Regula a concessão de lotes de terra, nos núcleos coloniais custeados pelo Governo Federal, aos reservistas de 1.ª categoria.

DECRETO-LEI N.º 893 --- de 26-11-1938:

Dispõe sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União.

DECRETO-LEI N.º 994 — de 29-12-1938:

Prorroga por mais 60 dias o prazo para vigência do art. 5.º, parágrafo único do Decreto-lei n.º 710, de 17 de setembro de 1938.

DECRETO-LEI N.º 1.040 — de 11-1-1939:

Dispõe sobre a transferência de Serviços do Ministério da Educação e Saúde para a Prefeitura do Distrito Federal.

DECRETO-LEI N.º 1.146 — de 13-3-1939:

Dispõe sobre permuta de imóveis entre os Patrimônios da União e da Prefeitura do Distrito Federal.

DECRETO-LEI N.º 1.164 — de 18-3-1939:

Dispõe sobre as concessões de terras e vias de comunicação na faixa de fronteira, bem como sobre as indústrias aí situadas.

DECRETO-LEI N.º 1.343 --- de 13-6-1939:

Dispõe sobre as desapropriações de que trata o Decreto n.º 2.201, de 23 de dezembro de 1937.

DECRETO-LEI N.º 1.351 — de 16-6-1939:

Cria colônias militares de fronteiras.

DECRETO N.º 4.265 de 20-6-1939:

Aprova o Regimento da Comissão Especial constituída pelo art. 19 do Decreto-lei n.º 1.164, de 18 de março de 1939.

DECRETO N.º 4.438 — de 26-7-1939:

Aprova o Regimento do Departamento de Produção Vegetal, que com êste baixa, assinado pelo Ministro de Estado da Agricultura.

DECRETO N.º 1.651 — de 4-10-1939:

Estabelece novo prazo para satisfação das exigências constantes do art. 2.º do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938.

DECRETO-LEI N.º 1.763 — de 10-11-1939:

Aprova o laudo da Comissão Demarcadora Mista, criada pelo Decreto n.º 24.515, de 30 de junho de 1934.

DECRETO-LEI N.º 1.907 — de 26-12-1939:

Dispõe sobre a herança jacente.

DECRETO N.º 5.110 — de 12-1-1940:

Estende as medidas constantes do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938 a outros imóveis do Domínio da União.

DECRETO-LEI N.º 1.968 — de 17-1-1940:

Regula as concessões de terras e vias de comunicação, bem como o estabelecimento de indústrias na faixa de fronteira.

DECRETO N.º 2.009 de 9-2-1940:

Dá nova organização aos núcleos coloniais.

DECRETO N.º 5.422 — de 30-3-1940:

Estende a jurisdição da Primeira Comissão Especial Revisora de Títulos de Terras, organizada nos termos do art. 2.º do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938.

DECRETO-LEI N.º 2.175 — de 6-5-1940:

Autoriza a alienação do domínio direto dos imóveis compreendidos nas áreas de sesmaria referidas no art. 18, do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, que estiverem incorporados ao domínio particular, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 2.251 — de 30-5-1940:

Dispõe sobre atribuições de membros de Ministério Público Federal.

DECRETO-LEI N.º 2.289 — 7-6-1940:

Exclua da autorização constante do art. 1.º do Decreto-lei n.º 2.175, de 6 de maio de 1940, os terrenos de marinha, acrescidos e de mangue, encravados nas áreas de sesmaria, referidos no art. 18 do Decreto-lei n.º 96, de 22 de dezembro de 1937, e dá outras providências.

DECRETO N.º 5.798 — de 11-6-1940:

Aprova e manda executar o novo Regulamento para a Capitania dos Portos.

DECRETO-LEI N.º 2.415 — de 16-7-1940:

Dispõe sobre a remissão de fôro, pela Prefeitura do Distrito Federal, de imóveis que compreendem terrenos de marinha.

DECRETO-LEI N.º 2.441 — de 23-7-1940:

Dispõe sobre o plano de urbanização e remodelação da cidade de Niterói.

DECRETO-LEI N.º 2.479 — de 5-8-1940:

Suprime o parágrafo único do art. 2.º do Decreto-lei n.º 1.343, de 13 de junho de 1939, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 2.490 — de 16-8-1940:

Estabelece novas normas para o aforamento dos terrenos de marinha, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 2.504 — de 19-8-1940:

Estabelece novo prazo para satisfação das exigências constantes do art. 2.º do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938, em relação aos imóveis da União referidos no Decreto n.º 5.110, de 12 de janeiro de 1940, observada a retificação publicada no *Diário Oficial* de 3 de fevereiro do mesmo ano.

DECRETO-LEI N.º 2.590 — de 17-9-1940:

Dispõe sobre atribuições do Ministério Público Federal, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 2.610 — de 20-9-1940:

Interpreta disposições do Decreto-lei n.º 1.968, de 17 de janeiro de 1940, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 2.803 — de 21-11-1940:

Autoriza a alienação de direito preferencial ao aforamento de terrenos acrescidos de marinha, situados no Distrito Federal, dispõe sobre a aplicação do produto da alienação e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 2.859 — de 12-12-1940:

Dispõe sobre o recolhimento dos bens vocantes provenientes de herança jacente.

DECRETO-LEI N.º 3.050 — de 13-2-1941:

Prorroga o prazo estabelecido no art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940.

DECRETO-LEI N.º 3.059 de 14-2-1941:

Dispõe sobre a criação de Colônias Agrícolas Nacionais.

DECRETO-LEI N.º 3.205 — de 22-4-1941:

Prorroga por mais 60 dias o prazo estabelecido no art. 5.º do Decreto-lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940.

DECRETO-LEI N.º 3.237 — de 7-5-1941:

Dispõe sobre o uso e gozo de terrenos da Baixada Fluminense, beneficiados com o seu saneamento.

DECRETO-LEI N.º 3.266 — de 12-5-1941:

Institui a colonização mediante a organização de granjas-modelo, em terras pertencentes à União, e funda um Núcleo Colonial.

DECRETO-LEI N.º 3.365 — de 3-7-1941:

Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública.

DECRETO-LEI N.º 3.383 — de 3-7-1941:

Estende ao Núcleo Colonial emancipado “Senador Esteves Júnior”, no Estado de Santa Catarina e, bem assim, a tôdas as terras sob o mesmo regime federal naquele Estado, os dispositivos do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938.

DECRETO-LEI N.º 3.437 — de 17-7-1941:

Dispõe sôbre o aforamento de terrenos, e a construção de edificios em tôrno das fortificações.

DECRETO-LEI N.º 3.438 — de 17-7-1941:

Esclarece e amplia o Decreto-lei n.º 2.490, de 16 de agosto de 1940.

DECRETO-LEI N.º 3.674 — de 1-10-1941:

Autoriza o Govêrno do Estado do Rio de Janeiro, para fins especiais, a utilizar terrenos de marinha e seus acrescidos situados naquele Estado e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 3.721 — de 16-10-1941:

Prorroga o prazo estabelecido no art. 20 do Decreto-lei n.º 3.438, de 17 de julho e 1941.

DECRETO-LEI N.º 3.774 — de 29-10-1941:

Estabelece nôvo prazo para a satisfação das exigências constantes do art. 2.º do Decreto-lei número 893, de 26 de novembro de 1938, extensivo aos imóveis do domínio da União a que se refere o Decreto n.º 5.110, de 12 de janeiro de 1940.

DECRETO-LEI N.º 3.964 — de 20-12-1941:

Esclarece os Decretos-leis ns. 3.437 e 3.438, ambos de 17 de julho de 1941.

DECRETO-LEI N.º 4.034 — de 19-1-1942:

Prorroga os prazos estabelecidos no § 2.º do art. 3.º e no art. 20 do Decreto-lei n.º 3.438, de 17 de julho de 1941.

DECRETO-LEI N.º 4.120 — de 21-2-1942:

Altera a legislação sôbre terrenos de marinha.

DECRETO-LEI N.º 4.152 — de 6-3-1942:

Acrescenta um parágrafo único ao art. 15, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECRETO-LEI N.º 4.166 — de 11-3-1942:

Dispõe sobre as indenizações devidas por ato de agressão contra bens do Estado brasileiro e contra a vida e bens de brasileiros ou de estrangeiros residentes no Brasil.

DECRETO-LEI N.º 4.504 — de 22-7-1942:

Dispõe sobre a criação de Núcleos Coloniais Agro-Industriais.

DECRETO-LEI N.º 4.612 — de 24-8-1942:

Cassa a autorização de funcionamento aos bancos que menciona, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 4.648 — de 2-9-1942:

Incorpora ao patrimônio nacional os bens e direitos das Empresas da chamada "Organização Lage", e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 5.666 — de 15-7-1943:

Esclarece e amplia o Decreto-lei n.º 4.120, de 21 de fevereiro de 1942, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 5.812 — de 13-9-1943:

Cria os Territórios Federais do Amapá, do Rio Branco, do Guaporé, de Ponta Porã e do Iguaçu.

DECRETO-LEI N.º 6.117 — de 16-9-1943:

Regula a fundação dos Núcleos Coloniais, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 6.277 — de 16-2-1944:

Autoriza a alienação de imóveis provenientes de herança jacente e constante da relação anexa.

DECRETO-LEI N.º 6.327 — de 8-3-1944:

Altera o Decreto-lei n.º 3.266, de 12 de maio de 1941.

DECRETO-LEI N.º 6.430 — de 17-4-1944:

Dispõe sobre as transações imobiliárias e o estabelecimento de indústria e comércio de estrangeiros na faixa de fronteiras.

DECRETO-LEI N.º 6.569 — de 8-6-1944:

Determina a exibição de títulos pelos ocupantes de terras e florestas pertencentes à União, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 6.609 — de 21-6-1944:

Dispõe sobre bens e dívidas de espólios.

DECRETO-LEI N.º 6.714 — de 19-7-1944:

Isenta do pagamento de foros as entidades de desportos náuticos, titulares de aforamentos concedidos antes da vigência do Decreto-lei n.º 3.438, de 17 de julho de 1941.

DECRETO-LEI N.º 6.871 — de 15-9-1944:

Transforma a Diretoria do Domínio da União, em Serviço do Patrimônio da União, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 6.872 — de 15-9-1944:

Cria a Divisão de Obras do Ministério da Fazenda, extingue a Divisão de Engenharia e Obras da Diretoria da União, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 6.874 — de 15-9-1944:

Dispõe sobre aluguel de próprios nacionais ocupados por servidores civis da União.

DECRETO N.º 16.602 — de 15-9-1944:

Aprova o Regimento do Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda.

DECRETO N.º 16.604 — de 15-9-1944:

Dispõe sobre o limite dos alugueis devidos pelos servidores civis da União, pela ocupação de próprios nacionais em caráter de residência obrigatória.

DECRETO-LEI N.º 7.073 — de 23-11-1944:

Estende as medidas constantes do Decreto-lei n.º 893, de 26 de novembro de 1938, aos terrenos situados em Jacarepaguá, Distrito Federal, de que trata o Decreto-lei n.º 5.877, de 4 de outubro de 1943.

DECRETO-LEI N.º 7.278 — de 29-1-1945:

Estabelece novo prazo para que os atuais posseiros ocupantes de terrenos de marinha regularizem sua situação.

DECRETO-LEI N.º 7.279 — de 29-1-1945:

Prorroga o prazo a que se refere o art. 4.º do Decreto-lei n.º 1.763, de 10 de novembro de 1939.

DECRETO-LEI N.º 7.426 — de 3-3-1945:

Define caso de utilidade pública nos termos da letra *p* do art. 5.º, do Decreto-lei Federal n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECRETO-LEI N.º 7.459 — de 12-4-1945:

Dispõe sobre a transferência dos serviços públicos de águas e esgotos na Capital Federal, da União para a Prefeitura do Distrito Federal.

DECRETO-LEI N.º 7.499 — de 27-4-1945:

Dispõe sobre alienação dos terrenos da antiga Chácara das Catacumbas no Distrito Federal.

DECRETO N.º 18.670 — de 22-5-1945:

Institui uma Comissão para receber da Embaixada da Espanha os arquivos e bens móveis e imóveis da antiga Embaixada da Alemanha no Rio de Janeiro, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 7.723 — de 10-7-1945:

Suspende os efeitos dos Decretos-leis ns. 3.911, de 9 de dezembro de 1941, e 4.166, de 11 de março de 1942, em relação às pessoas físicas italianas, residentes no Brasil, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 7.724 — de 10-7-1945:

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas dentro da faixa de sessenta e seis quilômetros ao longo das fronteiras, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 7.860 — de 13-8-1945:

Aprova as cláusulas do contrato mediante o qual a União transfere à Prefeitura do Distrito Federal os Serviços Locais de águas e esgotos.

DECRETO-LEI N.º 7.916 — de 30-8-1945:

Dispõe sobre a distribuição das terras devolutas nos Territórios Federais, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 7.937 — de 5-9-1945:

Dispõe sobre o loteamento de terrenos de marinha.

DECRETO-LEI N.º 8.092 — de 15-10-1945:

Altera a redação do art. 5.º do Decreto-lei número 6.569, de 8 de junho de 1944.

DECRETO N.º 19.814 — de 16-10-1945:

Dispõe sobre a estrutura das Delegacias do Serviço do Patrimônio da União de São Paulo e Pernambuco.

DECRETO-LEI N.º 8.207 — de 22-11-1945:

Altera a redação dos arts. 1.594 e 1.612 do Código Civil, revoga o Decreto-lei n.º 1.907, de 26 de dezembro de 1939, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 9.063 — de 15-3-1946:

Modifica a data do início da contagem do prazo a que se refere o § 1.º do art. 2.º do Decreto-lei n.º 7.724, de 10 de julho de 1945.

DECRETO-LEI N.º 9.123 — de 3-4-1946:

Dispõe sobre a liberação de bens de súditos italianos.

DECRETO-LEI N.º 9.282 — de 23-5-1946:

Suspende por dois anos no Distrito Federal o disposto no art. 10 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941.

DECRETO-LEI N.º 9.461 -- de 15-7-1946:

Dá nova redação do art. 1.612 do Código Civil.

DECRETO-LEI N.º 9.549 — de 6-8-196:

Autoriza o Superintendente das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional a alienar os bens que menciona.

DECRETO-LEI N.º 9.636 — de 22-8-1946:

Incorpora ao Patrimônio da União o Hospital Geral São Francisco de Assis, de propriedade da Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 9.727 — de 3-9-1946:

Incorpora bens ao Patrimônio Nacional, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 9.760 -- de 5-9-1946:

Dispõe sobre os bens imóveis da União, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 9.775 — de 6-9-1946:

Dispõe sobre as atribuições do Conselho de Segurança Nacional e de seus órgãos complementares, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 9.810 — de 9-9-1946:

Dispõe sobre as atribuições da Comissão incumbida das desapropriações referidas na Lei número 439, de 20 de maio de 1937, e no Decreto número 2.201, de 23 de dezembro de 1937.

DECRETO-LEI N.º 9.811 --- de 9-9-1946:

Dá nova redação ao parágrafo único do artigo n.º 15 do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de julho de 1941.

DECRETO-LEI N.º 9.866 -- de 13-9-1946:

Autoriza a permuta de imóveis que menciona, revoga o Decreto-lei n.º 2.803, de 21 de novembro de 1940, e dá outras providências.

DECRETO-LEI N.º 9.872 --- de 16-9-1946:

Dispõe sobre a aplicação do Decreto-lei numero 9.727, de 3 de setembro de 1946.

DECRETO-LEI N.º 9.886 --- de 16-9-1946:

Dispõe sobre a Comissão de Desapropriação de Terras no Galeão, e dá outras providências.

DECRETO N.º 22.148 --- de 22-11-1946:

Aprova o Regimento do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda.

DECRETO N.º 22.303 --- de 17-12-1946:

Dispõe sobre a venda de bens pertencentes a súditos inimigos.

DECRETO N.º 23.086 --- de 17-5-1947:

Dispõe sobre imóveis incorporados ao patrimônio nacional.

DECRETO N.º 24.155 --- de 4-12-1947:

Concede novo prazo para a apresentação de títulos de Terras ao Conselho de Terras da União, do Ministério da Fazenda.

LEI N.º 225 --- de 3 de fevereiro de 1948:

Acrescenta o § 4.º ao art. 81, e modifica a redação dos artigos 82 e 84 do Decreto-lei n.º 9.760, de 1946, que dispõe sobre bens imóveis da União.

DECRETO N.º 26.809 --- de 22-6-1949:

Libera dos efeitos dos Decretos-leis ns. 4.166 e 4.612, os bens pertencentes a Caetano Pepe, de nacionalidade italiana.

DECRETO N.º 26.959 --- de 27-7-1949:

Aprova o Regulamento das Fortificações Costeiras.

LEI N.º 1.224 --- de 4-11-1950:

Dispõe sobre os bens dos súditos do Eixo.

DECRETO N.º 28.840 — de 8-11-1950:

Declara integrada ao território nacional a plataforma submarina, na parte correspondente a esse território, e dá outras providências.

DECRETO N.º 29.742 — de 12-7-1951:

Autoriza a alienação de bens da União, no Estado de São Paulo, oriundos de herança jacente.

DECRETO N.º 29.801 — de 24-7-1951:

Altera a redação de disposições do Regimento do Serviço do Patrimônio da União do Ministério da Fazenda, aprovado pelo Decreto n.º 22.148, de 22 de novembro de 1946, e dá outras providências.

LEI N.º 1.464 — de 30 de outubro de 1951:

Regulariza a situação dos ocupantes dos lotes de terrenos da Vila Turismo, no Distrito Federal, Estação Carlos Chagas.

LEI N.º 2.163 — de 5-1-1954:

Cria o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, e dá outras providências.

LEI N.º 2.185 — de 11-2-1954:

Modifica a data do início da contagem do prazo para apresentação dos documentos e pedidos de regularização de posses de terrenos pertencentes ao Domínio da União.

DECRETO N.º 35.519 — de 19-5-1954:

Aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

DECRETO N.º 35.851 — de 16-7-1954:

Regulamenta o art. 151, alínea c, do Código de Águas. (Decreto n.º 21.643, de 10-7-1934).

DECRETO N.º 36.193 — de 20-9-1954:

Dá nova redação ao Decreto n.º 51.519, de 19 de maio de 1954, que aprova o Regulamento do Instituto Nacional de Imigração e Colonização.

LEI N.º 2.416 — de 9-2-1955.

Concede escritura de propriedade dos posseiros das terras denominadas Fazenda dos Munizes, no Município de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro.

LEI N.º 2.437 — de 7-3-1955:

Dá nova redação a dispositivos do Código Civil.

DECRETO N.º 37.631 — de 1-8-1955:

Autoriza os cidadãos portugueses a adquirirem, satisfeitas as mesmas exigências impostas aos nacionais, o domínio útil dos terrenos pertencentes à União, situados nas zonas referidas na letra *a* do art. 100 do Decreto-lei n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946.

LEI N.º 2.597 — de 12-9-1955:

Dispõe sobre zonas indispensáveis à defesa do país, e dá outras providências.

LEI N.º 2.613 — de 23-9-1955:

Autoriza a União a criar uma Fundação denominada Serviço Social Rural.

LEI N.º 2.642 — de 9-11-1955:

Reorganiza e dá nova denominação à Procuradoria Geral da Fazenda Pública do Ministério da Fazenda, consolida suas atribuições e dispõe sobre o pessoal que a compõe.

LEI N.º 2.731- — de 17-2-1956:

Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia.

DECRETO N.º 39.087 — de 30-4-1956:

Aprova o Regimento da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

LEI N.º 2.786 — de 31-5-1956:

Altera a Lei sobre desapropriação por utilidade pública.

DECRETO N.º 39.364 — de 13-6-1956:

Regulamenta o art. 7.º da Lei n.º 2.163, de 5 de janeiro de 1954, e dá outras providências.

LEI N.º 2.803 de 21-6-1956:

Dispõe sobre o pagamento de Cr\$ 50.000.000,00 ao Estado de Pernambuco, a título de indenização pelo Território da Ilha de Fernando Noronha.

DECRETO N.º 39.501 — de 3-7-1956:

Reserva área de terras devolutas na faixa de fronteira para a sede do Município de Dionísio Cerqueira, no Estado de Santa Catarina, e da outras providências.

DECRETO N.º 39.605-B — de 16-7-1956:

Aprova o Regulamento da Lei n.º 2.597, de 12 de setembro de 1955.

DECRETO N.º 39.635 — de 19-7-1956:

Autoriza o aforamento, à Cruzada São Sebastião, das áreas que menciona, para seu racional aproveitamento na urbanização e humanização das favelas do Rio de Janeiro.

DECRETO N.º 39.869 — de 30-8-1956:

Dispõe sobre a liberação dos bens pertencentes à pessoas físicas e jurídicas alemãs e dá outras providências.

LEI N.º 2.874 — de 19-9-1956:

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal, e dá outras providências.

DECRETO N.º 40.051 — de 1-10-1956:

Dá nova redação ao § 2.º do art. 1.º, e ao artigo 3.º do Decreto n.º 39.364, de 13 de junho de 1956.

LEI N.º 2.932 de 21-10-1956:

Torna inalienáveis, durante dez anos, os lotes para colonização concedidos pelo Governo Federal.

LEI N.º 3.081 — de 22-12-1956:

Regula o processo nas ações discriminatórias de terras públicas.

DECRETO N.º 40.735 — de 9-1-1957:

Submete ao regime de aforamento as terras devolutas situadas dentro da faixa de 150km ao longo das fronteiras e nos Territórios Federais.

LEI N.º 3.271 — de 30-9-1957:

Federaliza a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

LEI N.º 3.421 — de 10-7-1958:

Cria o Fundo Portuário Nacional, a Taxa de Melhoramentos dos Portos, e dá outras providências.

DECRETO N.º 47.290 — de 25-11-1959:

Cria uma comissão para seleção dos bens a serem transferidos para as instituições de Previdência Social.

LEI N.º 3.681 — de 7-12-1959:

Dispõe sobre registro de contratos, acórdos, ajustes, e outros atos jurídicos análogos, pelo Tribunal de Contas.

DECRETO N.º 47.889 -- de 8-3-1960:

Altera a redação do art. 2.º do Decreto número 39.635, de 19 de julho de 1956.

DECRETO N.º 48.137 — de 22-4-1960:

Altera a denominação de Repartições do Ministério da Fazenda.

DECRETO N.º 48.428 — de 24-6-1960:

Revoga o Decreto n.º 44.068, de 23 de julho de 1958, e dá outras providências.

LEI N.º 3.833 de 8-12-1960:

Cria regime especial de desapropriação por utilidade pública, para execução de obras no polígono das sêcas.

DECRETO N.º 50.455 -- de 14-4-1961:

Cria o Parque Nacional do Xingú.

DECRETO N.º 50.530 — de 3-5-1961:

Declara emancipado o Núcleo Colonial Santa Cruz, e dá outras providências.

DECRETO N.º 51.084 — de 14-7-1961:

Regulamenta o Decreto n.º 50.455, de 14 de abril de 1961 que criou o Parque Nacional do Xingú, e dá outras providências.

LEI N.º 3.984 — de 21-11-1961:

Revoga o art. 1.º da Lei n.º 2.932, de 31 de outubro de 1956, no que se refere aos lotes urbanos e rurais da ex-Colônia Agrícola Nacional de Ceres, no Estado de Goiás.

DECRETO N.º 51.431 — de 19-3-1962:

Cria o Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná.

LEI N.º 4.070 — de 15-6-1962:

Eleva o Território do Acre à categoria de Estado, e dá outras providências.

DECRETO N.º 51.514 — de 25-6-1962:

Institui o Órgão Misto da União Federal -- Estado do Paraná, e dá outras providências.

LEI N.º 4.089 de 13-7-1962:

Transforma o Departamento Nacional de Obras e Saneamento em Autarquia, e dá outras providências.

LEI N.º 4.102 — de 20-7-1962:

Transforma o Departamento Nacional de Estradas de Ferro em Autarquia, cria o Fundo Nacional de Investimento Ferroviário, e dá outras providências.

LEI N.º 4.132 — de 10-9-1962:

Define casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação.

LEI DELEGADA N.º 11 — de 11-10-1962:

Cria a Superintendência de Política Agrária (SUPRA), e dá outras providências.

LEI N.º 4.155 de 28-11-1962:

Estabelece normas para a restituição de receita, autoriza a reorganização interna das repartições arrecadoras e dá outras providências.

LEI N.º 4.213 — de 14-2-1963:

Reorganiza o Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, dando-lhe a denominação de Departamento Nacional de Portos e Rios Navegáveis, disciplina a aplicação do Fundo Portuário Nacional, e dá outras providências.

DECRETO N.º 51.935-B — de 26-4-1963:

Dispõe sobre a execução de serviços e obras de saneamento e recuperação de terrenos de marinha, seus acrescidos e outros em municípios que menciona, dos Estados de Pernambuco e da Bahia, e dá outras providências.

LEI N.º 4.229 de 1-6-1963:

Transforma o Departamento Nacional de Obras Contrás as Sêcas (DNOCS) em autarquia, e dá outras providências.